

Cidadania em (re)vista: o discurso midiático sobre as manifestações sociais em *Carta Capital*¹

Kalliandra CONRAD²

Maria Ivete Trevisan FOSSÁ³

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS

Resumo

Este trabalho busca realizar uma aproximação entre cidadania e produção de sentidos, a fim de analisar que sentidos de cidadania são suscitados pelas estratégias discursivas da revista *Carta Capital* circunscritas à temática das manifestações sociais. Os aportes teóricos que sustentam o trabalho envolvem o conceito de cidadania (HOLSTON, 2013), movimentos sociais em rede (CASTELLS, 2013), prática discursiva e prática não-discursiva (PINTO, 1989). Quanto à abordagem teórico-metodológica, optou-se pela Análise de Discurso de linha francesa. Ensejamos, a partir de um primeiro olhar sob essa perspectiva, levantar o debate acerca do conceito de cidadania e seu vínculo com o discurso midiático.

Palavras-chave: cidadania; manifestações sociais; discurso; revistas semanais de informação.

INTRODUÇÃO

As relações entre produção de sentidos e mídia se constituem como fundamentais para o entendimento dos processos comunicacionais e midiáticos que se instauram na sociedade contemporânea. A linguagem, mediação entre o indivíduo e a realidade social, conduz a um movimento de sentidos sobre as diferentes manifestações languageiras. Estamos, constantemente, em contato com o simbólico, criando e interpretando signos em diferentes contextos históricos.

O conceito de cidadania, objeto teórico deste trabalho, é integrante das relações sociais que se instauram pela linguagem e seu teor simbólico. Partimos do pressuposto de que a cidadania é construída discursivamente pelos sujeitos, absorvendo um conjunto de significações concernentes aos períodos históricos em que ela se aloja.

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Relações Públicas e Mestre em Comunicação Midiática pela UFSM. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação Midiática pela mesma Instituição. Bolsista CAPES. E-mail: kalliandra.facosfsm@gmail.com

³ Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Mestre em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Vínculo institucional com os Programas de Pós Graduação em Comunicação e Administração da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professora orientadora. E-mail: fossa@terra.com.br

O conceito de cidadania admite a existência de diferentes interfaces para o seu entendimento contemporâneo. Temos observado que este conceito vem sendo investigado em diferentes áreas do conhecimento, como o Direito, a Sociologia e a Educação, ficando a Comunicação no limite ou na inexistência de perspectiva para esses estudos.

Também percebemos que o entendimento de cidadania assumido pela mídia se refere, costumeiramente, às eleições, ao direito de votar e ser votado, restringindo a cidadania aos direitos políticos. A proposta deste trabalho é suscitar a discussão sobre as relações entre discurso midiático e cidadania. Tendo em vista a importância da mídia, que está fortemente em interação com a sociedade, interessa-nos investigar os sentidos e significações que ela constrói sobre cidadania.

Assim, interessado em problematizar o modo como a mídia constrói discursivamente a cidadania é que este trabalho tem como objetivo analisar os sentidos de cidadania construídos pela revista *Carta Capital* em sua primeira matéria de capa sobre as manifestações sociais de 2013. Para isso, os aportes teóricos que sustentam o trabalho envolvem o conceito de cidadania (HOLSTON, 2013), movimentos sociais em rede (CASTELLS, 2013), prática discursiva e prática não-discursiva (PINTO, 1989). Quanto à abordagem teórico-metodológica, optou-se pela Análise de Discurso de linha francesa.

1. Cidadania e manifestações sociais

A atualização do conceito de cidadania é realizada por James Holston em seu estudo sobre a formação das periferias de São Paulo (SP) e sua luta por moradia. As concepções de Holston (2013) sobre cidadania nos interessam à medida que o autor contribui para pensar este conceito imbricado às especificidades do caso brasileiro. Essa concepção busca pensar a cidadania no espaço urbano, atrelada às continuidades e rupturas do que significa, hoje, (sobre)viver nas cidades. É um entendimento que nos serve de base para relacionar as manifestações sociais e a cidadania contemporânea, já que essas manifestações tiveram a cidade como seu *locus* de expressão. Holston (2013, p. 21-22 – grifo meu), explica que

[...] se as **cidades** têm sido, ao longo da história, **palco de desenvolvimento da cidadania**, a urbanização global cria condições especialmente voláteis na medida em que as cidades se enchem de cidadãos marginalizados e de não cidadãos que contestam sua **exclusão**. Nesses contextos, a **cidadania é desordenada e desordenadora**.

Compreendida como uma condição de pertencimento, a cidadania é parte da experiência de vida dos sujeitos. Pertencer à cidade como cidadão pressupõe a luta pela

garantia de direitos de cidadania. Por isso, o desenvolvimento da cidadania, indissolúvel das relações de poder, é marcado, igualmente, pelas diferenças sociais brasileiras. A concepção que reflete o (não) pertencer à cidade e suas desigualdades é para Holston (2013, p. 22), “uma cidadania que administra as diferenças sociais legalizando-as de maneiras que legitimam e reproduzem a desigualdade”.

A partir de seu estudo, Holston (2013) define, no contexto brasileiro, uma cidadania nacional que a diferenciou da cidadania desenvolvida em outros países. Para o autor, a combinação de uma cidadania formal, “fundada em princípios de incorporação ao Estado-nação”, e da “distribuição substantiva de direitos, significados, instituições e práticas envolvidos na afiliação daqueles considerados cidadãos” (HOLSTON, 2013, p. 28), produziu uma *cidadania diferenciada*. “Como os **direitos** geralmente significam **tratamento especial**, e como as pessoas querem ter direitos com base nisso, a própria cidadania acabou formulada como um meio de distribuir direitos a alguns cidadãos e negá-los a outros” (HOLSTON, 2013, p. 44 – grifo meu).

Os direitos eram acionados conforme os interesses de determinados grupos que detinham o poder sobre os demais setores sociais. Em relação ao Brasil, significa que a cidadania diferenciada reforça os direitos como privilégios, compartimentando a sociedade entre cidadãos e não cidadãos. Holston (2013, p. 28) explica que a cidadania diferenciada “é, em resumo, um mecanismo de distribuição de desigualdade”.

Como exemplo, Holston (2013, p. 55) problematiza a máxima de Rui Barbosa sobre o conceito de justiça: “Justiça consiste em tratar igualmente o igual e desigualmente o desigual na medida de sua desigualdade”. Relacionando esse enunciado com a questão de gênero, o autor argumenta que a possibilidade de aposentadoria das mulheres em período inferior ao dos homens desmascara um contexto de exclusão e discriminação. Por esse viés,

A solução para fatos sociais de desigualdade neste caso – que as mulheres que trabalham são desiguais porque trabalham mais – não é propor uma mudança nas relações sociais de gênero e trabalho, mas sim produzir mais desigualdade, na forma do privilégio legal compensador de uma aposentadoria precoce (HOLSTON, 2013, p. 56).

A inquestionabilidade das desigualdades é que torna problemática a concepção de cidadania diferenciada. É, pois, uma cidadania que trata os sujeitos de forma desigual com base em privilégios institucionalizados, naturalizados, sem a devida contextualização crítica e problematização das relações de igualdade e diferença.

Junto à cidadania diferenciada, Holston (2013, p. 34) identifica que a realidade brasileira vem desenvolvendo outro tipo de cidadania, a *insurgente*. As periferias autoconstruídas, “lugares históricos de diferenciação”, embora sustentem uma cidadania diferenciada, fazem emergir

condições de subversão, na medida em que os pobres urbanos garantiram seu **direito à cidade**, adquirindo direitos políticos, tornando-se donos de imóveis, usando a lei a seu favor, criando novas esferas públicas de participação e se transformando em consumidores modernos (HOLSTON, 2013, p. 34, grifo meu).

O direito à cidade relaciona-se aos direitos sociais e às formas de participação da vida social urbana, tais como as reivindicações que foram apresentadas nas manifestações sociais brasileiras entre os anos de 2013 e 2014. Transporte, educação, saúde, moradia, bem como ao próprio direito de liberdade de expressão foram algumas das pautas evidenciadas. Segundo Holston (2013, p. 401 – grifo meu), “é uma insurgência que começa com a luta pelo direito a uma vida cotidiana na cidade merecedora da **dignidade do cidadão**”.

É pelo liame dessas questões que as manifestações sociais e seu contexto acionam diferentes formatos e práticas de cidadania. Isso se deve, entre outros fatores, devido à estreita relação entre as manifestações sociais ocorridas no Brasil (entre 2013 e 2014) com a questão de direitos. Implica pensar o que significam esses direitos em termos de construção e exercício de uma cidadania contemporânea.

As manifestações sociais assumiram um caráter complexo de organização, estruturação e formas de participação por estarem vinculadas a espaços físicos e virtuais. Para Castells (2013, p. 159-166), os movimentos sociais em rede que faziam parte das mobilizações – que ocorreram também em outras partes do mundo –, apresentaram as seguintes características: a) “são conectados em redes de múltiplas formas”; b) “se tornam um movimento ao ocupar o espaço urbano”; c) “os movimentos são simultaneamente locais e globais”; d) “tal como outros movimentos sociais da história, eles geraram suas próprias formas de tempo: o tempo atemporal”; e) “em termos de gênese, esses movimentos são amplamente espontâneos em sua origem, geralmente desencadeados por uma centelha de indignação”; f) “os movimentos são virais”; g) “a passagem da indignação à esperança realiza-se por deliberação no espaço da autonomia; h) “as redes horizontais, multimodais, tanto na internet quanto no espaço urbano, criam companheirismo”; i) “a horizontalidade das redes favorece a cooperação e a solidariedade, ao mesmo tempo que reduz a necessidade de liderança formal”; j) “são movimentos profundamente autorreflexivos”; l)

“em princípio, eles não são violentos, em geral, se envolvendo, em sua origem, na desobediência civil, pacífica”; m) “esses movimentos raramente são programáticos, exceto quando se concentram claramente num único ponto: abaixo o regime ditatorial”; n) “são movimentos sociais voltados para a mudança dos valores da sociedade”; o) “pretendem transformar o Estado, mas não se apoderar dele. Expressam sentimentos e estimulam o debate, mas não criam partidos nem apoiam governos, embora possam se tornar alvo do marketing político”.

Entende-se que essas características conformam traços de cidadania à medida que, ao organizarem-se como movimentos sociais em rede, expressam uma vontade política de transformação de suas realidades sociais. O conflito e o debate gerados por esses movimentos desvelam suas intencionalidades em busca de uma cidadania – representadas por suas demandas difusas, em um *mix* de direitos civis, políticos e sociais.

Castells menciona que “[...] o mais decisivo na avaliação do efeito político de um movimento social é seu impacto sobre a consciência das pessoas [...]” (2013, p. 151). Nesse sentido, as manifestações sociais brasileiras e os atores sociais que a compunham se autoconstruíram com a mediação da internet, por meio das redes sociais digitais e da interação nas ruas. As relações sociais que se constituíam pelo movimento de mobilização eram, portanto, de alguma forma, atravessadas pelo aspecto comunicacional e midiático, capaz de arregimentar os anseios dos cidadãos. A produção da consciência se deu, pode-se dizer, pelas formas de construção discursiva das manifestações pela comunicação midiática, capaz de compartilhar um mesmo significado para aqueles que dela participavam – ou não, configurando um sentido compartilhado de cidadania.

2. Os conceitos de prática discursiva e prática não-discursiva

Quando nos referimos às manifestações sociais, estamos entrando em contato com um conjunto de operações discursivas ofertadas pela instância midiática. Entretanto, essas *práticas discursivas* são sustentadas pela linguagem que realiza a mediação entre o mundo social e a construção de sentido sobre ele. As práticas sociais, além disso, estão ancoradas em *práticas não-discursivas* que, para as manifestações sociais, são fundamentais por possibilitarem a emergência de determinados discursos midiáticos.

A apresentação dos conceitos de prática discursiva e prática não-discursiva, segundo Pinto (1989), parte da discussão sobre o que é o mundo social. A autora explica que pensar o social discursivamente implica a diluição das fronteiras entre o que é material e imaterial,

uma vez que “se o real só é apreendido através de práticas articulatórias, a essência não existe enquanto tal, mas enquanto prática” (PINTO, 1989, p.20). Essas práticas articulatórias são formas combinadas de significados que se ligam a materialidades. Um conjunto de significações, que definimos como o conhecimento que temos sobre algo, conecta a relação entre linguagem e construção do mundo social. Ancorado por um contexto histórico que determina o significado de sua existência, o significado só se manifesta na sua relação prática com o discursivo.

Pela preocupação em “não reduzir a análise do social à teoria do discurso”, Pinto (1989) abre possibilidades para pensarmos em práticas discursivas e práticas não-discursivas. Diz ela que os discursos só podem ser enunciados se embasados em práticas não-discursivas. Estas, por sua vez, são entendidas como “locais de enunciação”, exemplificados pela autora como a universidade, o aparato social, o hospital, as casas de espetáculos teatrais. Constituem-se, portanto, como espaços públicos que se “institucionalizam como espaço de discursos específicos” (PINTO, 1989, p. 40).

Há uma relação entre discursos que se institucionalizam e as condições de emergência das práticas discursivas. Um discurso se institucionaliza porque exerce poder sobre outros discursos, demonstrando capacidade de se “inserir no conjunto de significados de uma dada sociedade, reconstruindo posições e sujeitos” (PINTO, 1989, p. 36).

O poder do discurso determina sua capacidade de permanência em uma dada sociedade, sua condição essencial é a de que nunca está completamente instaurado, sua permanência é sempre provisória. [...] Um novo discurso sempre se instaura a partir dos significados criados na **pluridiscursividade**. Os **novos sujeitos**, os **novos enunciados** constroem-se a partir de velhos sujeitos, de velhos enunciados que criam **condições de emergência** do novo (PINTO, 1989, p. 38 – grifo meu).

Entram em cena os conceitos de pluridiscursividade e sujeito cujo entendimento perpassa as condições de emergência de um discurso. Toda construção discursiva está relacionada a suas condições de emergência que, ao se transformar em condições de existência – *quem pode falar o quê para quem em que lugar?* – permite que o discurso se institucionalize e ganhe força, poder.

Compreendemos, nesse sentido, que as práticas não-discursivas se manifestam tanto nas condições de emergência quanto nas condições de existência dos discursos. São os antecedentes não-discursivos que sustentam e amparam as construções discursivas e seu conjunto de significações. Entretanto, Pinto (1989) salienta que não há uma relação de

causalidade entre práticas discursivas e práticas não-discursivas. Essa transversalidade conceitual demonstra o imbricamento entre ambas e sua afetação mútua.

A pluridiscursividade do social é um conceito matriz para a compreensão dessas práticas. Investido de diversos e múltiplos discursos, o social é construído nesse emaranhado discursivo que, ao mesmo tempo, constitui os sujeitos. Isso quer dizer que o social é complexo e não pode ser reduzido a discursos unívocos, monocromáticos, pois diferentes discursos circulam no social, interpelando os sujeitos.

No posicionamento adotado por Pinto (1989, p. 28), não há, nesses termos, possibilidade de pensar o social como um discurso único, capaz de ordenar/determinar seu funcionamento. A multiplicidade discursiva se estende aos sujeitos, uma vez que “cada sujeito é sujeito de uma variedade de discursos” (PINTO, 1989, p. 28). E isso implica, igualmente, uma multiplicidade de sujeitos que são interpelados por diferentes discursos, já que situados em diferentes épocas históricas. Tais discursos são construídos, nesse sentido, por diferentes condições de existência e de emergência. Diferentes épocas históricas imprimem diferentes significações às práticas discursivas; da mesma forma que as condições de produção de um discurso modificam-no frente às práticas não-discursivas que o atualizam. De acordo com Pinto (1989, p. 30), “cada época histórica dimensiona o conjunto de seus discursos sem no entanto reduzi-los a uma única lógica”.

Pensar a constituição do social sob o argumento da pluridiscursividade requer considerar que os sujeitos estão condicionados a seus efeitos. A ideia de sujeito, conforme a teoria do discurso, contrapõe a ideia única de sujeito social de classe. Essa noção apresenta-se coerente com o entendimento de pluridiscursividade do social, na qual “os sujeitos são constituídos por uma **intersecção de discursos** que convivem em uma sociedade e que se articulam em uma unidade às vezes contraditória que constitui o sujeito individual” (PINTO, 1989, p. 27 – grifo meu). Os diferentes discursos que constroem o sujeito configuram o processo interpelativo⁴.

O sentido que atribuímos ao sujeito refere-se, então, à posição por ele ocupada no discurso, imerso na pluridiscursividade do social. Esse entendimento pode ser relacionado aos conceitos de identidade social e identidade discursiva de Charaudeau (2009). Traços psicossociais dizem respeito à identidade social, que deve responder à questão: “Estou aqui para dizer o quê, considerando o status e o papel que me é conferido por esta situação?”.

⁴ O processo interpelativo é definido como “o ato de identificação do indivíduo (sempre já sujeito) no discurso do ‘outro’. Quando se identifica torna-se sujeito” (ALTHUSSER, 1977, p. 163 *apud* PINTO, 1989, p. 27).

Enquanto a identidade discursiva “se constrói com base nos modos de tomada da palavra, na organização enunciativa do discurso e na manipulação dos imaginários sócio-discursivos” (CHARAUDEAU, 2009, s/d). A construção do sujeito se dá pela sobredeterminação das identidades social e discursiva, relação entre o indivíduo e os múltiplos sujeitos que o constituem, perante os diferentes discursos que o interpelam.

Pluridiscursividade do social e construção dos sujeitos firmam-se como fundamentais para a compreensão dos conceitos de prática discursiva e prática não-discursiva. As condições de existência de um discurso (quem pode falar o quê para quem em que lugar) e as condições de emergência (relacionadas ao contexto sócio-histórico ao nível da pluralidade discursiva) convergem para um agrupamento de práticas discursivas e não-discursivas que, juntas, transformam sentidos e significações sobre o mundo social.

Esses conceitos nos interessam na medida em que estão relacionados com as questões metodológicas apresentadas por Pinto (1989). Ao tratar dos procedimentos para analisar os discursos, a autora parte de duas etapas principais. São elas a construção de um *corpus* discursivo do objeto de estudo e a análise do discurso enquanto linguagem.

A construção do corpo discursivo, portanto, obedece a duas dinâmicas distintas: por um lado deve ter uma unidade que possibilita estudá-lo enquanto um **fenômeno específico**, por outro deve conter nesta unidade a **pluralidade de discursos** que o formam e que lhe dão condições de existência (PINTO, 1989, p. 60 – grifo meu).

O segundo passo é, segundo a autora, reconhecer as condições de existência dos discursos sob duas perspectivas: (i) a interdiscursividade e a não discursividade; e (ii) o modo como são construídas essas condições de existência no interior do discurso. Quanto à primeira, Pinto (1989, p. 60) nos diz que “todo discurso está instaurado em uma pluridiscursividade discursiva e relacionado com práticas não-discursivas que lhe dão sentido anterior a seu próprio sentido interno”. Esses procedimentos nos interessam à medida que é a partir deles que nos propomos a pensar o discurso de cidadania nas manifestações sociais, em especial, ao modo como são construídos esses discursos.

3. Estratégias discursivas na revista *Carta Capital*

A matéria de 26 de junho de 2013, produzida pela revista *Carta Capital*, apresenta as manifestações sob a ótica dos protestos como força organizativa e política em contraposição aos governos e partidos. A reportagem constrói os protestos e os

manifestantes como protagonistas de um ato político “incontrolável”, que materializava os anseios dos jovens na luta pela redução das tarifas de transporte público.

O título na capa (figura 1), “Ninguém controla a rua”, (CARTA CAPITAL, ANO XVIII, Nº 754, 2013), representa a intenção de posicionar as manifestações em um patamar de superioridade frente aos poderes instituídos. O pronome “ninguém” aponta para a estabilização do sentido construído sobre os protestos ao promovê-los como um movimento de mobilização social legítimo.



Figura 1 – CARTA CAPITAL, ANO XVIII, Nº 754, 2013.

Na contramão dos discursos produzidos pela mídia hegemônica, os modos de dizer na *Carta Capital* demonstravam alguns conjuntos significantes dominantes. O primeiro versa sobre argumentos para demonstrar o êxito das manifestações. Para isso, a revista se utiliza de depoimentos de jovens pertencentes ao Movimento Passe Livre (MPL) que endossam a ideia de que as manifestações foram uma conquista e um processo democrático. “O êxito dos jovens **rebelados** é inegável”, menciona *Carta Capital* (CARTA CAPITAL, Nº 754, 2013, p. 25 – grifo meu).

Na esteira desse posicionamento, a revista apresenta um segundo conjunto significativo para os protestos ao buscar argumentos que possam recuperar a identidade dos manifestantes, afastando-os dos rótulos de deslegitimação. As marcas discursivas demonstram que a revista tenta mostrar-se como um observador, aquela que analisa os fatos

na busca de esclarecimentos. Elementos semânticos do trecho abaixo traduzem, de alguma forma, o caráter ideológico da revista frente aos protestos.

Os integrantes do MPL apresentam-se como apartidários, **mas não antipartidários**. São **militantes de esquerda, dizem**, irritados com os ‘parasitas’ interessados em **manipular** os jovens mobilizados para abraçar as mais variadas bandeiras, da redução de impostos ao *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (CARTA CAPITAL, Nº 754, 2013, p. 25 – grifo meu).

Há uma construção discursiva que objetiva mostrar a heterogeneidade das manifestações. Ao se relacionar com os discursos produzidos pela mídia hegemônica, essa desmitificação das manifestações, representa um contradiscurso frente à etiquetagem dos manifestantes. “Esquerdistas utópicos”, “radicais agressivos e violentos” são adjetivações empregadas por *Carta Capital* para retomar interdiscursos que justificam o enquadramento da reportagem. O interdiscurso é da ordem da memória; está atrelado ao acionamento de outros sentidos, recuperados em determinado contexto.

[...] nessa perspectiva, ela [a memória] é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra (ORLANDI, 2012, p. 31).

As manifestações são autogeridas por sua força democrática e, portanto, insubmissas às tentativas de opressão policial ou apagamento midiático das vozes que compunham os protestos. Nesse ponto, a revista sugere um **processo polissêmico** para discursivizar as manifestações, ou seja, “um deslocamento”, uma “ruptura de processos de significação” (ORLANDI, 2012, p. 36). Para a revista, as manifestações tiveram um “perfil apartidário”, com reivindicações de “caráter difuso”, além de rejeitar as “formas tradicionais de organização política”. Essas qualificações dialogam com a perspectiva apresentada por Castells (2013), ao dizer que as manifestações caracterizam-se por sua horizontalidade, facilitando relações de poder menos hierárquicas e mais solidárias.

Assim, os efeitos de sentido construídos às manifestações pela revista *Carta Capital* estão ordenados para estruturar um novo significado para os protestos, tendo em vista os sentidos já suscitados em outros lugares de enunciação. Retomam a “memória discursiva”

do leitor quanto ao Outro que habitava as ruas e que passou a ser protagonista do espetáculo midiático que se construía em torno dos protestos.

Para isso, *Carta Capital* aponta, por suas marcas linguísticas, para um novo sentido para as manifestações ao tratá-los como “massa **incontrolável**”. Essa massa é representada pelos protestos que “se multiplicavam em escala **imprevisível**, assim como as tentativas de manipulação dos **rebelados**. A insatisfação difusa dos jovens **desafia** os governos e partidos” (CARTA CAPITAL, Nº 754, 2013, p. 24 – grifo nosso). Massa é um termo que tece significações para as relações de poder entre os “jovens rebelados” e o governo, evocando a ideia da dimensionalidade dos protestos e da incapacidade de contê-los sob forças física ou simbólica.

Os enunciados constataam uma estratégia de refinamento dos protestos pelas fontes apresentadas para construir os argumentos de *Carta Capital*. Estudantes integrantes do MPL e militantes da Juventude do Partido dos Trabalhadores (PT) como depoimentos; e o discurso opinativo de um professor de Ética e Filosofia da USP e de uma socióloga, como fontes autorizadas. É importante notar que a fonte *Partido dos Trabalhadores* (PT) é localizada no texto sempre pela sua sigla, representando o envolvimento da Revista e, possivelmente, do leitor, com o Partido.

Além do que, um extenso fragmento da reportagem, que inclui uma entrevista com Rui Falcão, presidente do PT, compõe a reportagem. As vozes mencionadas imprimem rivalidade partidária, apagando a discussão sobre as manifestações em si e recaindo sobre as posições político-partidárias tomadas diante desse acontecimento.

Ao desconstruir o caráter homogêneo das manifestações, *Carta Capital* questiona o posicionamento apartidário dos manifestantes. Constrói seu discurso com base na “manipulação” da mídia hegemônica e dos próprios manifestantes que não pertenciam à ala esquerdista, como uma estratégia de descolamento entre manifestantes de esquerda x manifestantes de direita. O descolamento também se aplica aos “punks e anarquistas” que também entraram em conflito com os “grupos à esquerda”.

Tecendo uma análise sobre o modo com a mídia hegemônica representou as manifestações e sobre a postura adotada por representantes políticos, *Carta Capital* põe em jogo vozes uníssonas. A voz de partidos políticos, militantes petistas e representantes do governo são fontes que contribuem para a construção de ressignificações para as manifestações. O ministro da Justiça (José Eduardo Cardozo) e o prefeito de São Paulo (Fernando Haddad) são acionados para dizer como as manifestações foram um ato

irreversível e legítimo, mas que não foram tratadas como tal. O depoimento, entre aspas, dessas fontes reforça o argumento da revista de que as manifestações não dialogaram com o governo.

Antes de embarcar para Paris, na segunda 10, em viagem oficial na companhia do governador tucano Gerald Alckmin, **Haddad** justificou a **repressão policial** contra o ‘vandalismo’ dos manifestantes pela necessidade de ‘manter as vias expressas desimpedidas’. **Cardozo, por sua vez**, pediu na quarta 12 para a Polícia Federal acompanhar os protestos e **deu a entender** que as tropas federais estavam disponíveis para auxiliar na **repressão** (CARTA CAPITAL, Nº 754, 2013, p. 25 – grifo nosso).

Corroborando com a construção de efeitos de sentido dominante, a revista, em um segundo momento da reportagem, dá ênfase à atuação petista diante dos protestos. Nesse fragmento do discurso, Carta Capital parece justificar a adesão da militância petista às manifestações. Com um *box* inserido à parte, sob o título, entre aspas, “Sem medo das ruas”, Rui Falcão, presidente do PT, é questionado por *Carta Capital* sobre o posicionamento petista nas manifestações, como também sobre as alianças político-partidárias.

Ao que parece, as manifestações são desenhadas como um pano de fundo, um resíduo contextual que direciona a discussão para questões partidárias, na qual a revista critica o PT dentro do PT. As críticas resumem-se a representação da mídia hegemônica, como já mencionado, e à postura de representantes políticos, como Lula, Fernando Henrique Cardoso e Aécio Neves. As modalizações da revista mostram-se nos enunciados em que a presidenta Dilma é mencionada.

Lula era **irreverente** e tentava incorporar polêmicas sociais como o aborto. [...] **Dilma limita-se** a discutir temas sociais na seara estritamente econômica. Nunca se reuniu com líderes indígenas ou do movimento gay. Governa com foco total na melhora da infraestrutura do País, iniciativa fundamental, **mas** sem apelo entre os jovens (CARTA CAPITAL, Nº 754, 2013, p. 30 – grifo nosso).

Segundo um integrante do governo, a presidenta entendeu a necessidade de ‘**escutar mais**’ e o desafio de transformar as insatisfações em políticas públicas. O difícil é descobrir como. O **governo e o PT** têm experiências no **diálogo** com movimentos sociais tradicionais, **mas** não sabem se relacionar com aqueles não institucionalizados (CARTA CAPITAL, Nº 754, 2013, p. 30 – grifo nosso).

Conectando os sentidos construídos pela capa (na figura 1, p. 9 deste trabalho), no qual a imagem de um jovem carrega um cartaz com o enunciado “**Parem** de subestimar o

povo”, *Carta Capital* imprime estratégias polifônicas com efeito monofônico. O conjunto de enunciados que visa ressignificar as manifestações perante a representação deslegitimada da mídia hegemônica trazem, à reboque, o descontentamento petista com o próprio partido.

É assim que os **processos polissêmicos** tecidos na ressignificação das manifestações diluem-se em **processos parafrásticos**. O posicionamento político-partidário, representado por diferentes vozes discursivas ressoam o mesmo e único discurso que põe em conflito esferas como direita x esquerda, a mídia hegemônica x mídia contra hegemônica, vândalos x manifestantes. Esses processos parafrásticos representam “o retorno aos mesmos espaços de dizer” (ORLANDI, 2012, p.36) e apagam as problematizações oriundas do debate político gerado pelas manifestações.

Os processos parafrásticos refletem-se na atuação de Dilma e suas alianças, materializadas nas ações policiais e repressivas vindas do próprio governo para conter as manifestações. De alguma forma, *Carta Capital* demonstra que a política de governo adotada pela presidenta fomentou a onda de protestos. As fontes e vozes que emergem no texto conformam as relações de poder que são, neste caso, essencialmente, político-partidárias. Essa relação político-partidária com as manifestações se dá pelo seu vínculo petista, protagonista do discurso construído pela revista.

Pelo apanhado de percursos de sentido realizado pela revista, inferimos que as fontes apresentadas por *Carta Capital*, embora representem interfaces conflitantes, servem para formatar uma voz única – a da própria revista. Ao constituir-se o como homogêneo, sem escapes para outras possibilidades de sentido, o discurso jornalístico de *Carta Capital* encontra-se na esfera monológica. O texto midiático pode, assim, apresentar-se como uma **estratégia de silenciamento** (ORLANDI, 1997) de outros discursos que poderiam constituir vozes discursivas polifônicas. O silenciamento é a política do silêncio, nos diz Orlandi (1997, p. 29), no qual “o silêncio, mediando as relações entre linguagem, mundo e pensamento, resiste à pressão de controle exercida pela urgência da linguagem e significa de outras e muitas maneiras” (ORLANDI, 1997, p. 37).

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Com a apresentação dos conceitos de *prática discursiva* e *prática não-discursiva* foi possível ampliar o olhar sobre a abordagem discursiva que lançamos sobre o eixo principal deste trabalho – a cidadania. Essa reflexão resultou na problematização sobre o objeto empírico, demonstrando que a complexidade das revistas semanais de informação estende-

se para além dos elementos discursivos presentes no texto midiático. Sinalizou a importância de conceber o social em sua pluridiscursividade e o pensar sobre a mídia como local de enunciação igualmente pluridiscursivo.

Em determinados enunciados, as características sobre as manifestações sociais definidas por Castells (2013) se fizeram presentes no discurso da revista *Carta Capital*. Entretanto, pontuamos que, embora possamos considerar que essas manifestações conformavam uma rede horizontal e multimodal, a revista remete às contradições na política partidária brasileira, enfatizando os conflitos de posicionamento entre governo, partidos e manifestantes.

Diante disso, os efeitos discursivos visados pela revista ecoam valores sociais e culturais que dão direcionamento para pensarmos que cidadania está envolvida nesse processo de discursivização. Tendo Holston (2013) como referência, nesse primeiro movimento de interpretação, é possível dizer que a cidadania que emerge dos manifestantes é *insurgente*, à medida que busca reafirmar seu direito à cidade sob diversos aspectos. Tanto pelas demandas difusas, quanto pela própria ocupação, em forma de protesto, das ruas da cidade.

As críticas político-partidárias e o deslocamento do posicionamento midiático (da mídia hegemônica) demonstram que essa cidadania é marcada, transversalmente, pela existência de partidos – entendidos como práticas não-discursivas –, e pela instância midiática – a prática discursiva. Juntas, configuram sentidos sobre o que é (ou não) ser cidadão, sobre os direitos dos sujeitos envolvidos nas referidas manifestações.

Assim, haja vista a diversidade de leituras sobre os discursos midiáticos, observamos também o quanto os sentidos produzidos pela revista são permeados pela pluridiscursividade. O discurso que autoriza o jornalismo a reconstruir o social, o discurso que legitima a empresa midiática a pronunciar um discurso com “vontade de verdade” (FOUCAULT, 1996). Do mesmo modo, há o interesse em captar seu público leitor, a cultura profissional e as disputas de sentido que ocorrem no interior desses discursos que também visam atender o interesse público e/ou interesse do público.

Sob essas especificidades do discurso midiático é que buscamos levantar questões que possam se converter em debate para pensarmos o quanto a cidadania está vinculada ao discurso midiático. Nessa perspectiva, entendemos que a instância midiática configura-se como elo de relação entre os indivíduos para a realização da cidadania. Por isso,

compreender que cidadania é essa que se constitui na sociedade contemporânea é um desafio que deve levar em conta o papel da comunicação midiática nesse processo.

REFERÊNCIAS BIBLIORÁFICAS

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet.** Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CHARAUDEAU, Patrick. **Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional.** In: PIETROLUONGO, Márcia. (Org.) O trabalho da tradução. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009, p. 309-326. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Identidade-social-e-identidade.html> Acesso em 01/12/14.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** São Paulo: Edições Loyola, 1996. Disponível em <http://www.campusbreves.ufpa.br/ARQUIVOS/FACLETRAS/SANDRAJOB/foucault-m-a-ordem-do-discurso.pdf> Acesso em: 30/05/2015.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** 10a ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

_____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos.** 4 ed. Campinas: Unicamp, 1997. p. 11-59.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Com a palavra o senhor presidente José Sarney.** São Paulo: Editora Hucitec, 1989.